



Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional

Assessoria de Comunicação

RELEASE

Conflitos por terra e água aumentam e revelam o acirramento da violência no campo brasileiro

Em 2024, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), registrou **1.768** ocorrências de conflitos por terra, o que representa cerca de 80% de todos os conflitos no campo registrados (2.185). Comparado a 2023, quando foram contabilizadas 1.766 ocorrências, houve um pequeno aumento, resultando no maior número registrado na última década.

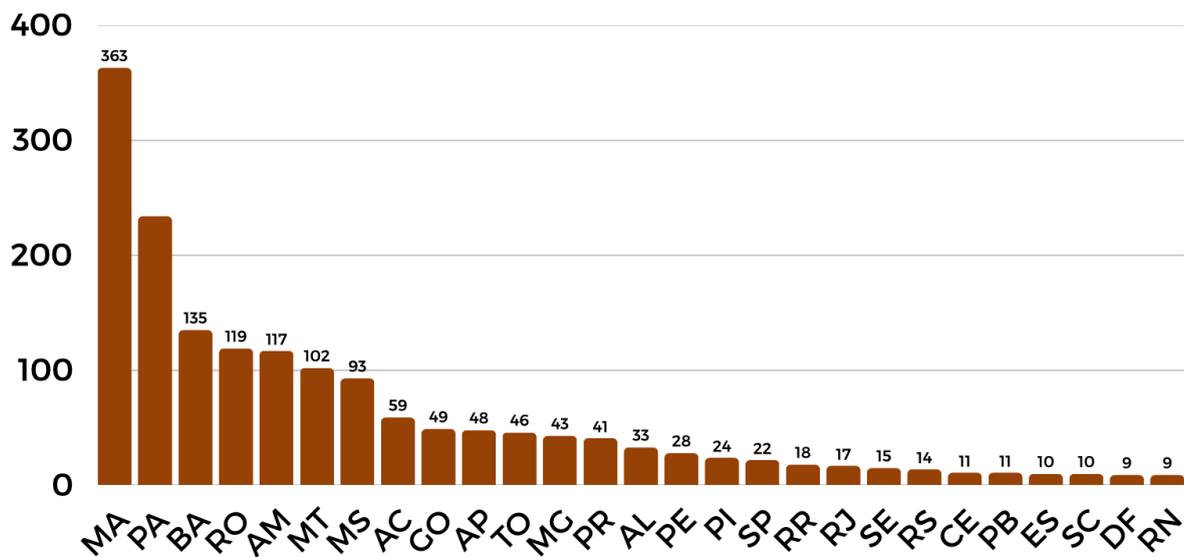
A maior parte dos conflitos são de violências contra a ocupação e a posse (**1.680**), e inclui despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences, pistolagem, grilagem, invasões e outras violências. Os registros somam **904.532** pessoas envolvidas nos conflitos por terra, o maior número nos 10 anos da série histórica. Já as ações de resistência tiveram diminuição em relação a 2023, tanto de ocupações e retomadas (de 124 para **78**) quanto de acampamentos (de 18 para **10**).

OCORRÊNCIAS DE CONFLITO POR TERRA ENTRE 2015 E 2024

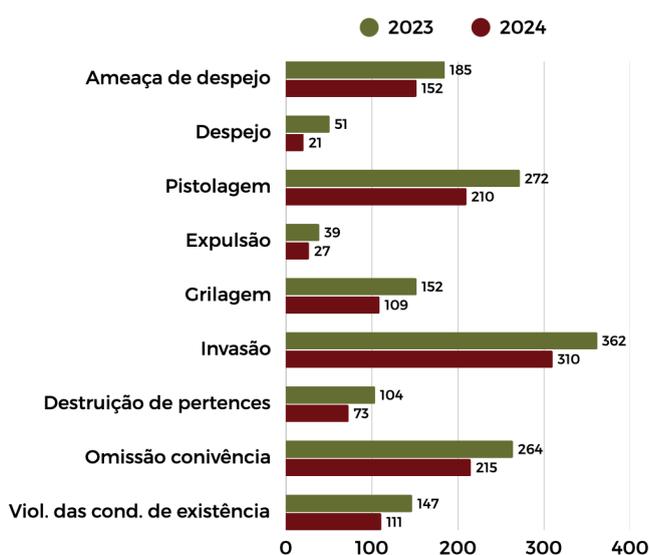


O estado do Maranhão lidera nos conflitos por terra (**363**), seguido do Pará (**234**), Bahia (**135**), Rondônia (**119**) e Amazonas (**117**). O destaque é para o aumento significativo nos casos de contaminação por agrotóxicos, com **276** ocorrências registradas em 2024, em comparação com 32 ocorrências em 2023, representando um crescimento aproximado de **762%**. A maioria dessas ocorrências foi registrada no Maranhão (**228**), onde comunidades tradicionais estão enfrentando graves consequências em decorrência da pulverização aérea de agrotóxicos.

● N° de ocorrências de violências contra a ocupação e a posse



● VIOLÊNCIAS COM QUEDA ENTRE 2023 E 2024



Os principais conflitos nos quais houve diminuição nas violências foram nos registros de expulsão, despejo judicial, ameaça de despejo, pistolagem, grilagem, invasão e destruição de pertences. Por outro lado, houve aumento nas ameaças de expulsão (de 98 para **245**, aumento de 150%), desmatamento ilegal (150 para **209**, crescimento de 39%), incêndio (91 para **194**, ou 113% de aumento), e a já citada contaminação por agrotóxicos.

A região mais afetada pelos **incêndios** foi a **Amazônia Legal**, com destaque para o estado de Mato Grosso, responsável por 25% de todos os casos de incêndios registrados no território nacional. Já o estado do Pará concentrou 20% de todos os casos de **desmatamento ilegal** ocorridos no País. Em um país inteiro que pegou fogo em 2024, este impacto atingiu inclusive as famílias de brigadistas populares. Em diversas comunidades, tem sido percebido o uso criminoso do fogo como instrumento de expulsão das famílias.

Quem causou e quem sofreu violência - Os fazendeiros são quase a metade dos agentes causadores da violência por terra (44%), sendo também os principais responsáveis pelos casos de incêndios (47%) e desmatamento ilegal (38%). Grileiros, empresários e madeireiros completam a lista dos maiores causadores de conflitos e violências. Quanto aos segmentos que mais sofrem violência, os povos indígenas continuam na liderança com 29% dos registros (481), mas também houve um aumento expressivo na quantidade de conflitos sofridos por posseiros (425) e quilombolas (221), especialmente entre os povos e comunidades tradicionais do Maranhão.

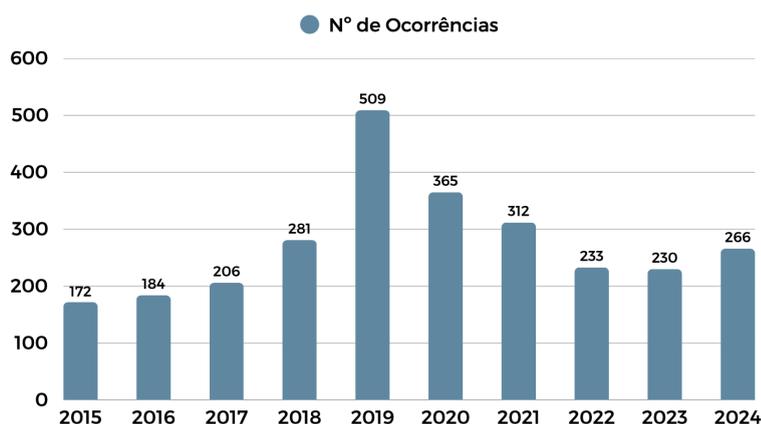
Grupo “Invasão Zero” - Dentre as violências registradas nos conflitos por terra, chama a atenção as ligadas ao grupo ruralista surgido na Bahia, composto por grandes fazendeiros e proprietários de terras, autodenominado “Movimento Invasão Zero”. O grupo é conhecido por suas ações violentas contra famílias em situação de acampamento, ocupações e retomada de territórios, contando com o apoio de milícias, agentes de segurança privada e forças policiais. Além das atuações diretas em conflitos no campo, o grupo também exerce influência nas casas legislativas brasileiras, promovendo propostas de lei que buscam, sobretudo, a criminalização das ocupações de terras e das retomadas de posse por comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Nos estados de Goiás, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Pará e Pernambuco, ocorreram ações assumidas e/ou comprovadas enquanto ataques violentos por parte do grupo Invasão Zero. Já em outros estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará e Santa Catarina, também ocorreram ataques coordenados de grupos de fazendeiros, onde há suspeitas de que tenham sido articulados pelo Invasão Zero.

Conflitos pela Água

No ano de 2024, foram registradas **266** ocorrências de Conflito pela Água, representando o **3º maior número de casos nos últimos 5 anos**. Em relação a 2023, o número de conflitos pela água voltou a subir, indicando assim, um **aumento de 16%** nos casos registrados.

OCORRÊNCIAS DE CONFLITO PELA ÁGUA, ENTRE 2015 E 2024



É importante lembrar que, no entendimento histórico da CPT, conflito pela água é toda ação que representa a resistência dos povos do campo frente à destruição e/ou poluição de cursos de água e lençóis freáticos. Além disso, também caracteriza a mobilização frente à apropriação particular da água e o combate à construção de hidrelétricas e barragens, bem como a luta para amenizar as suas consequências. Os estados que mais sofreram com violências pela água foram o Pará, com **65** ocorrências (24% do total), seguido por Maranhão, com **45**, Minas Gerais, com **30**, e Bahia, com **22**.

Nos registros de 2024, existem dois principais tipos de violência pela água, que são “Uso e preservação” (71%) e “Barragens e açudes” (23%). Os conflitos por “Uso e preservação” da água lideram com 70% dos registros, seguidos de “Barragens” (23%) e “Apropriação da água” (7%). Houve aumento nas situações de “Não cumprimento de procedimentos legais” (de 79 para **84**), “Destruição e poluição” (de 59 para **69**) e “Contaminação por agrotóxico”, sendo o maior aumento (de 26 para **40** registros).

Quando há a situação de conflito por “Não cumprimento de procedimentos legais”, quer dizer que, na maioria dos casos, o Estado, seja na esfera federal, estadual ou municipal, já está envolvido no conflito, geralmente atuando como mediador de um acordo entre agente causador e vítima, que acaba sendo descumprido ao longo do processo de compensação de danos.

Causadores e vítimas dos conflitos pela água - As principais vítimas dos conflitos pela água foram os povos indígenas (**71** registros), quilombolas (**58**), ribeirinhos (28) e posseiros (27). Pescadores e pequenos proprietários aparecem em **24** registros cada. Em relação aos principais agentes causadores dos conflitos, os empresários lideram com **64** ocorrências, seguidos por fazendeiros (**58**), o Governo Federal (**36**), mineradoras (**34**), hidrelétricas (**31**) e garimpeiros (**14**).

Regiões de fronteira agrícola

Amazônia Legal - a região registrou **998** conflitos por terra (o 2º maior número em 10 anos), **155** conflitos por água (os maiores registros), principalmente ligados à contaminação por agrotóxicos e mercúrio. Houve redução na quantidade de vítimas da violência contra a pessoa (de 1.116 para **727**), mas é um número que continua alto.

Amacro - A região compreendida entre a divisa dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia registrou um ligeiro aumento nos conflitos por terra (de 183 para **185**), redução de conflitos por água (16 para **10**), e também redução na quantidade de ocorrências da violência contra a pessoa (218 para **73**).

Matopiba - A região de expansão do agronegócio que inclui Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia registrou o maior número de conflitos por terra na série histórica (de 238 para **415**), e aumento nos conflitos por água (de 23 para **39**). Houve redução na quantidade de vítimas da

violência contra a pessoa (161 para **115**), mas esta continua sendo uma região bastante violenta, em números relativos à área.

OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA TERRA E ÁGUA ENTRE 2015 E 2024



Serviço – Lançamento nacional do relatório **Conflitos no Campo Brasil 2024**

Data: 23 de abril de 2024 (quarta-feira), a partir das 9h

Local: Sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Setor de Embaixadas Sul Quadra 801 Conjunto B – Asa Sul)

Para solicitar os dados brutos, entre em contato com a Assessoria de Comunicação: comunicacao@cptnacional.org.br

Contatos para Imprensa

- Carlos Henrique: (62) 99453-9629
- Heloisa Sousa: (62) 99252-7437
- Júlia Barbosa: (62) 99309-6781
- Lara Tapety: (82) 99697-1000
- Bruno Alface: (11) 99985-0378